

Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de ensinarmos no ensino médio e fundamental¹

On the importance of researching indigenous history in public universities and to teach it on high schools

Eduardo Natalino dos Santos¹

RESUMO: O texto apresenta reflexões sobre a escassez de pesquisas e disciplinas voltadas à história indígena nos departamentos de História das universidades públicas brasileiras. Procura também estabelecer relações entre essa situação e os programas dos exames vestibulares e do ensino fundamental e médio, nos quais a história indígena também está praticamente ausente. Por fim, o texto apresenta algumas sugestões que poderiam começar a alterar essa situação.

PALAVRAS-CHAVE: História Indígena. Cursos de História. América Pré-hispânica. Professor de História. Ensino Fundamental e Médio.

ABSTRACT: The text shows considerations about the reasons of scarcity of the indigenous history researches and classes in the History departments of Brazilian public universities. The article also seeks to establish relationships between this scene and the central and high schools curricula, in which the indigenous history is practically absent too. At the end, the text presents some suggestions in order to transform this situation.

KEYWORDS: Indigenous History. History Colleges. Prehispanic America. History Teachers. Central and High Schools.

No Brasil, de forma geral, os cursos de graduação e licenciatura em História tratam a cultura e a história indígenas de maneira superficial e genérica. A maioria dos cursos não possui disciplinas voltadas para a história dos povos indígenas em tempos anteriores à chegada dos europeus e, sendo assim, apenas alguns grupos, entre várias centenas, são mencionados nas primeiras aulas de disciplinas que abordarão centralmente a conquista e a colonização da América. Em tais disciplinas, por vezes, alguns desses grupos voltam a ser objeto de interesse em aulas posteriores, mas apenas na medida que entram na esfera de processos e instituições de origem europeia, como o tráfico de mercadorias, a evangelização ou

¹ Universidade de São Paulo (USP). Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos (USP). natalino@usp.br.

o surgimento dos Estados-nações americanos. No entanto, nesses casos, as escolhas políticas, as transformações identitárias e as atuações particulares de cada grupo indígena não são muito levadas em conta, pois todos esses grupos são vistos como uma massa, denominada de *índios*. Em outras palavras, de maneira geral, os grupos indígenas não são considerados como atores históricos na construção de explicações sobre a história da América Colonial ou Independente.

Quais as razões dessa situação? Por que produzimos tão poucos estudos históricos que consideram os povos indígenas – sejam do período Pré-hispânico², Colonial ou Independente – como agentes dos processos pesquisados? Por que as informações temporais, geográficas, onomásticas e factuais – que empregamos ao tratar, por exemplo, dos grupos europeus que se estabeleceram na América – estão quase sempre ausentes quando o tema são os povos indígenas americanos? Qual a relação dessa situação com as grades curriculares de História no ensino fundamental e médio, nas quais também não se dedica praticamente nenhuma atenção aos povos indígenas e sua história?

Tecerei algumas reflexões e especulações a partir de minha trajetória de aluno de graduação e pós-graduação numa universidade estadual paulista e, ao mesmo tempo, de professor da rede estadual de ensino fundamental e médio. Dessa forma, serei extremamente parcial e subjetivo, misturando aspectos de situações concretas com suas reelaborações intelectuais e sentimentais posteriores.

Comecei a estudar História na Universidade de São Paulo em 1992, ano em que ocorriam as comemorações do V Centenário de Descobrimento da América e também se discutia a apropriabilidade de tais comemorações. Isso porque muitos historiadores e lideranças indígenas diziam que tal evento – o descobrimento da América – marcou o início do que viria a ser um dos maiores genocídios da história e que, portanto, não havia nada a ser comemorado. Lembro-me vagamente dos detalhes das conferências que assisti, pois eu era então um calouro que começava a se familiarizar com os temas, polêmicas e nomes de pesquisadores da História da América. No entanto, lembro-me que apenas algumas pouquíssimas conferências trataram de nomear e de considerar de modo particular os povos

indígenas e suas atuações, fossem do período Pré-hispânico, Colonial ou Independente. Lembro-me também que isso fora motivo de crítica por parte de alguns conferencistas, que alertavam para a necessidade de entendermos tais particularidades e atuações, sem o que deixaríamos de compreender, ademais da própria história indígena pré-hispânica, muitos aspectos da história da América portuguesa, espanhola, inglesa, francesa e holandesa e, também, da história de parte das nações americanas.

Passada essa semana de efusão americanista, o Departamento de História voltou à sua rotina, com suas aulas e disciplinas regulares. Ao longo dos anos que ali estudei como aluno de graduação fui me dando conta de que entre essas disciplinas – que me pareceram, e me parecem ainda hoje, de excelente qualidade – não havia praticamente nenhuma dedicada à história dos povos indígenas, seja entre os cursos de História da América ou entre os de História do Brasil. A exceção era o curso de História da América I ministrado pela Prof^a. Janice Theodoro, especialista no período Colonial, mas que incluía algumas aulas sobre os povos indígenas em tempos pré-hispânicos para, depois, refletir sobre o papel dos mesmos na conformação das sociedades coloniais da América espanhola.

Dessa forma, depois de quatro anos e quase trinta disciplinas cursadas, eu havia tido apenas algumas aulas que tratavam centralmente das populações indígenas, aulas que muitos de meus colegas não tiveram, por optarem por cursos de História da América com outros professores. Em suma, era possível fazer todo o curso de História na Universidade de São Paulo sem ter sequer uma aula sobre as populações nativas do continente onde, talvez por acaso, localiza-se o Brasil.³

Ao mesmo tempo em que iniciei a graduação em História, comecei a dar aulas de História Geral e de História do Brasil para o primeiro grau, atual ensino fundamental, em uma escola da rede pública estadual. Algum tempo depois, comecei a lecionar História da América para o segundo grau, atual ensino médio, cuja grade curricular havia sido alterada alguns anos antes e reservava todo o primeiro ano para esse tema.

A inclusão de História da América na grade curricular do segundo grau abria espaço para tratar das populações indígenas – pré-hispânicas, coloniais ou atuais – e de outros temas

que não eram contemplados pelo currículo anterior, tais como os processos de formação dos países da América Central. Mas tratar desses temas em sala de aula – quem eram os toltecas? como surgiu Belize? – era um desafio para professores que, talvez com raras exceções, haviam tido uma formação semelhante à que eu estava tendo, isto é, que priorizava a história do Velho Mundo e a do Brasil. Para auxiliar os professores, foram criadas oficinas pedagógicas.

As oficinas pedagógicas que frequentei eram coordenadas pelo Prof. John Manuel Monteiro, com quem tive mais algumas oportunidades de aprender algo sobre os povos indígenas, sobretudo durante o período Colonial na América portuguesa. Infelizmente essa grade curricular e essas oficinas pedagógicas não duraram muito, pois para ter um ano de História da América os alunos deixavam de ter aulas sobre História Geral no ensino médio, já que os dois outros anos eram dedicados à História do Brasil. Isso era visto como uma lacuna para os que pretendiam se preparar para os exames vestibulares, nos quais as questões de História da América, sobretudo as relacionadas às populações indígenas, aparecem em número reduzidíssimo ou estão ausentes. Mas por que isso ocorre? Por que os temas de história da América, que poderiam facilmente abranger parte da história indígena, aparecem tão pouco nos vestibulares das universidades públicas? Voltaremos a essas questões mais abaixo.

Apesar de escassos, os contatos com temas da história indígena de tempos pré-hispânicos e coloniais despertaram meu interesse e decidi estudá-la, fazendo a opção por um tema, século e documentação que estavam na fronteira entre esses dois períodos: iria realizar uma comparação entre como os deuses e relatos cosmogônicos mesoamericanos haviam sido tratados por religiosos castelhanos e por escritores indígenas durante o século XVI.

O modo como cheguei a esse tema e recorte documental talvez possa nos mostrar a falácia que é uma das explicações mais difundidas para justificar a ausência de pesquisas ou cursos que abordem temas relacionados à história indígena nos departamentos de História das universidades públicas: a inexistência de fontes, entenda-se de fontes escritas, ou melhor, de fontes escritas alfabéticas. Pois foi por ouvir essa explicação diversas vezes que, ao terminar a graduação, fui procurar um arqueólogo, o Prof. Norberto Guarinello, e pedir que me

orientasse na confecção de um projeto de pesquisa sobre povos pré-hispânicos da região do atual México. No entanto, o Prof. Norberto me disse que não trabalhava com arqueologia ou história da porção da América de colonização hispânica, mas que havia fontes documentais sobre os indígenas dessa região, sobretudo do período Colonial, e que eu deveria procurar a Prof^a. Janice Theodoro.

De forma entusiasmada, a Prof^a. Janice aceitou me orientar e com ela fiz o mestrado e o doutorado. Com seu auxílio direto e com os contatos internacionais que ela me propiciou fui percebendo, aos poucos, que havia uma área muito consolidada e antiga de estudos mesoamericanos e que um dos problemas era, ao contrário do que eu pensava de início, dar conta de uma bibliografia amplíssima e praticamente não utilizada em nossos cursos de graduação, ademais de fazer recortes documentais precisos entre os milhares de escritos e imagens – sobretudo coloniais, mas também pré-hispânicos – para propor uma pesquisa que fosse viável.

Parte significativa desses estudos mesoamericanistas estava em livros das próprias bibliotecas da Universidade de São Paulo, as quais possuíam também diversos textos alfabéticos indígenas e, a partir de meados da década de 1990, acolheram uma significativa coleção de edições fac-similares de códices pictoglíficos mesoamericanos, de tempos pré-hispânicos e coloniais. Lembro-me que diante desse novo desafio, isto é, ter que selecionar fontes para dar conta de estudá-las, comecei a pensar sobre os motivos da ausência dessa documentação e desses estudos historiográficos em nossos cursos de graduação em História. Pensei, na ocasião, que a Mesoamérica seria um caso excepcional pela existência de registros pictoglíficos e de centenas de textos alfabéticos produzidos pelos próprios indígenas, os quais possibilitariam os estudos voltados a entender os grupos indígenas como atores históricos e não apenas como uma massa indistinta diante da instalação das instituições políticas, econômicas, religiosas e sociais castelhanas. Algum tempo depois essa resposta mostrou-se, no mínimo, insuficiente para dar conta de um problema que, como tentarei explicar, é muito mais complexo.

Durante o mestrado e sobretudo no doutorado, graças a bolsas de estudo da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pude realizar estágios no México e Estados Unidos e ir a congressos no Chile e Inglaterra. Essas experiências mostraram-me de maneira cabal que o argumento da falta de fontes documentais para justificar a ausência de estudos sobre os indígenas nos departamentos de História das universidades estaduais era insustentável. Isso porque comecei a ter contato e a conhecer estudos de história indígena de outras regiões do continente que não a Mesoamérica, tais como a Aridoamérica, os Andes e a Amazônia. Tais estudos me mostraram que o caso mesoamericano não era de todo excepcional e que a não existência de reconhecidos sistemas de escrita em outras regiões da América indígena poderia ser compensada com estudos interdisciplinares e com o emprego, pelo historiador, de fontes arqueológicas e antropológicas. Além disso, as próprias fontes escritas do período Colonial e Independente poderiam ser analisadas de acordo com perguntas e problemas historiográficos que envolvessem os povos indígenas e, desse modo, nos revelar muito sobre suas histórias e, conseqüentemente, também sobre a história da América colonial e dos Estados-nações americanos.⁴

Ademais, minhas recentes e superficiais incursões nos estudos sobre a história dos povos indígenas da região do atual Brasil tem confirmado a falácia que é o argumento da escassez documental, pois antropólogos e historiadores brasileiros – em geral, atuando em departamentos de Antropologia – têm produzido uma grande quantidade de estudos de história indígena de excelente qualidade, sobretudo nas últimas três décadas. No entanto, esses estudos e seus temas continuam quase que totalmente ausentes dos cursos de graduação em História das universidades públicas.⁵

Em suma, o panorama internacional e nacional mostra que existem áreas de pesquisa consolidadas e uma grande produção bibliográfica sobre os povos indígenas dos períodos Pré-hispânico, Colonial e Independente. Sendo assim, a tal pergunta continuava a me intrigar: por que os departamentos de História das universidades públicas não possuíam disciplinas ou especialistas nesses temas, ficando de fora de um circuito internacional de discussões historiográficas tão consolidado e rico, como o da história dos povos indígenas da América

Pré-hispânica, Colonial e Independente?⁶ A essa pergunta somava-se uma outra: haveria uma relação entre a ausência desses especialistas e cursos e a pequena atenção dispensada à história indígena – e da América, em geral – nos vestibulares dessas instituições? Para tornar o problema ainda mais complexo e as respostas a essas questões mais difíceis, percebi que nos últimos anos algumas universidades particulares estavam criando disciplinas sobre os povos indígenas de tempos pré-hispânicos, como a PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. Por que o mesmo não ocorria nos departamentos de História das universidades públicas?

Não tenho respostas cabais e completas para essas perguntas. Apesar disso, gostaria de tecer algumas considerações e especulações, as quais, como disse de início, se relacionam mais com minha experiência pessoal do que com uma investigação sistemática do problema.

Penso que a ausência de especialistas e cursos sobre história indígena nos departamentos de História das universidades públicas relaciona-se a várias razões, algumas de natureza teórica e outras de natureza prática.

Tratemos primeiro das razões práticas que, em geral, são mais simples e de fácil explicação. Nas últimas décadas, as universidades públicas em geral têm sido obrigadas a, por um lado, tornar disponível um número cada vez maior de vagas e, por outro, a sobreviver com orçamentos que, proporcionalmente ao crescente número de alunos, são cada vez menores. A falta de professores agravou-se há alguns anos com as alterações na legislação que regulamenta as aposentadorias, antes das quais muitos docentes se aposentaram para garantir a aquisição de direitos de acordo com as normas antigas. A situação chegou a tal ponto que os alunos das universidades estaduais paulistas fizeram greve e conseguiram a contratação de novos professores, mas que foram suficientes apenas para cobrir as defasagens acumuladas. Nessa situação, isto é, sem a perspectiva de crescimento real do quadro docente, introduzir novas disciplinas e alterar a estrutura curricular significa acirrar a disputa por bolsas, verbas e cargos com as linhas de pesquisa já estabelecidas, pois nas universidades estaduais paulistas o ensino e a pesquisa devem estar relacionados.

Talvez isso nos ajude a entender porque muitas universidades privadas, que em geral não são responsáveis pelo estabelecimento de linhas de pesquisa, estão introduzindo cursos dedicados à história dos povos indígenas de nosso continente – se bem que na maioria dos casos tratem apenas dos famosos maias, astecas e incas. Nessas instituições, basta alterar a grade curricular e contratar mais um professor ou determinar que um professor da casa assuma também essa nova disciplina.

Sobre as razões de natureza teórica, penso que as linhas de pesquisa e as grades curriculares das universidades públicas ainda fundamentam-se na separação tradicional entre povos com escrita e povos sem escrita, mesmo que *pré-históricos* seja um termo cada vez menos empregado para se referir a essas populações. Isso porque a escolha dos períodos, regiões e grupos humanos que foram contemplados pelos atuais cursos e linhas de pesquisa baseou-se no tipo de vestígio disponível: escritos, e de preferência, alfabéticos. O resultado é que temos, dentro do “pacote” da chamada História Geral, cursos e linhas de pesquisa que se dedicam a povos longínquos no tempo e no espaço, como os gregos do período Homérico ou os povos do Extremo Oriente, pelo fato de existirem escritos coetâneos a tais povos. Por outro lado, dentro do “pacote” que abarca História do Brasil e da América, não temos cursos ou linhas de pesquisa que se dediquem à história dos milhões de indígenas que habitavam este continente há apenas 500 anos – e que continuaram a habitá-lo durante os períodos Colonial e Independente – pelo fato desses grupos, supostamente, não possuírem fontes escritas.⁷

A essa divisão dos grupos humanos de acordo com os tipos disponíveis de vestígio material segue-se uma divisão de tarefas na qual os problemas relacionados aos povos indígenas, considerados como povos sem escrita, seriam assuntos quase que exclusivos dos antropólogos e arqueólogos, os quais, aliás, têm realizado trabalhos excelentes, tais como as dissertações e teses orientadas pela Prof^a. Beatriz Borba Florenzano, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Mas sendo assim, o problema não estaria resolvido, já que existem especialistas, cursos e linhas de pesquisa sobre os povos indígenas nos departamentos ou institutos de Antropologia e Arqueologia de nossas universidades? Penso que não. Isso, porque os

historiadores possuem uma abordagem distinta da dos arqueólogos e antropólogos, preocupando-se centralmente com as particularidades de cada evento ou processo estudados, bem como com a diacronia e com as transformações. Tais preocupações também estão presentes nos estudos antropológicos e arqueológicos, mas são superadas pela busca do entendimento de padrões e de sistemas, o que, por vezes, faz com que a diacronia e o caráter de irrepetível dos eventos saltem para o segundo plano.⁸

Mais uma razão de natureza teórica para a ausência de cursos e linhas de pesquisa de história indígena seria a predominância de uma visão dicotômica e teleológica sobre a história de nosso continente. Segundo essa visão, o continente americano e suas populações estariam destinados, desde suas origens, a se tornar parte do capitalismo mundial, comandado pelas nações europeias e depois pelos Estados Unidos. A montagem do sistema colonial e, depois, de Estados-nações subservientes aos centros capitalistas foram passos na direção desse fim e, de acordo com essa visão, somente na medida em que participam desses processos os povos indígenas adquirem relevância histórica e têm seus nomes mencionados, quase sempre ao lado dos explorados ou como vítimas do capitalismo. Nessa visão de história não cabem, por exemplo, as hierarquias e processos de dominação entre os próprios grupos indígenas, bem como as alianças de alguns desses grupos com os europeus e suas instituições em tempos coloniais para explorarem ou se sobreporem a outros grupos indígenas, considerados inimigos.

Como se pode ver, não se trata de abolir modelos ou categorias de análise que ajudam a explicitar processos de exploração e dominações políticas ao tratarmos de questões históricas relacionadas aos povos indígenas. Ao contrário, trata-se de tornar tais modelos e categorias mais complexos, para que deem conta de realidades político-econômicas que claramente não se reduzem a um par de opostos – o que não significa dizer que esse par de opostos não existisse.

Recentemente, numa plenária dos pós-graduandos do Departamento de História da USP, propus a meus colegas que pensássemos sobre os motivos da ausência de cursos e linhas de pesquisa de história indígena em nosso departamento, bem como sobre suas implicações

políticas. Fiquei um pouco surpreso quando um colega me respondeu, simplesmente, que tal ausência era absolutamente normal, pois a História – como pesquisa e ensino – era feita de escolhas e uma série de outros grupos humanos e temas ficam de fora. Acredito que depois de treze anos estudando História já pude perceber, assim como o colega da plenária, que a História é feita por meio de recortes e seleções. No entanto, o que talvez esse colega não tenha percebido é que essas escolhas estão fundamentadas em pressupostos teóricos e projetos políticos, os quais terminam por afetar, com maior ou menor intensidade, a visão que nossa sociedade tem dos grupos escolhidos ou renegados pelos historiadores. Isso porque os cursos de graduação em História das universidades públicas paulistas são responsáveis, direta ou indiretamente, pela formação da grande maioria dos professores que atuam no ensino médio e fundamental.⁹

Ademais, há uma relação intrínseca entre os departamentos de História das universidades públicas, seus vestibulares e as grades curriculares do ensino médio e fundamental. Isso porque são os professores desses departamentos que elaboram questões para os vestibulares, os quais, por sua vez, funcionam como referência para as tais grades curriculares, principalmente do ensino médio.¹⁰

Dessa forma, deixar os povos indígenas fora de nossos cursos de graduação em História é abrir mão de combater – por meio das aulas no ensino fundamental e médio – estereótipos que recaem sobre essas populações e sua história. Tais estereótipos, hoje, afetam a vida de grupos humanos que habitam nosso continente aos milhões e o nosso próprio país às centenas de milhares. Sendo assim, penso que não estamos falando de apenas mais um grupo ou tema não contemplado pelas disciplinas e linhas de pesquisa dos departamentos de História das universidades públicas – como, por exemplo, os extintos habitantes da ilha de Páscoa. Estamos tratando de um problema com desdobramentos políticos sérios, pois a visão que as sociedades ocidentais modernas possuem sobre os povos indígenas – a qual, é verdade, não depende apenas das aulas de História no ensino médio e fundamental – determina parcialmente suas relações com esses povos. Tais relações, como sabemos, têm se caracterizado pela assimetria política, pelo desrespeito às diferenças, pela violência e por uma série de atrocidades.

Para tentar alterar essa situação, penso que seria importante que os cursos de História das universidades públicas em geral voltassem mais atenção à história indígena, de tempos pré-hispânicos mas também dos períodos Colonial e Independente da história da América. Pois tratar da história indígena apenas de tempos anteriores à chegada dos europeus poderia reforçar a visão que “indígena é coisa do passado”, e que as populações atuais são residuais, isto é, estão fadadas a desaparecer em face do avanço do mundo ocidental moderno. Penso que desse modo poderíamos formar professores de História – ou mestres e doutores que vão formar outros professores – mais bem preparados para tratar da história dos povos indígenas no ensino médio e fundamental. Talvez, depois de algum tempo, isso venha a repercutir positivamente na visão que os Estados-nações e as sociedades ocidentais dos países americanos possuem sobre os povos indígenas.

Artigo recebido em 09 de julho de 2015. Aprovado em 28 de setembro de 2015.

Notas

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Eletrônica da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) - ISSN 1679-1061, n. 4, ref. a 2005.

² Neste texto, empregarei o termo *pré-hispânico* com um sentido amplo e genérico, isto é, como sinônimo dos tempos anteriores à chegada dos europeus, referindo-me a todo o continente, e não apenas às porções da América conquistadas e colonizadas pelos espanhóis.

³ Penso que essa situação é gravíssima e possui fortes implicações políticas porque não estamos falando de povos desaparecidos, mas de populações que, apesar do chamado colapso demográfico nos séculos iniciais do período Colonial, continuaram a habitar o continente e a se relacionar com as instituições e sistemas econômicos de origem ocidental. Alguns exemplos de países em que hoje a população indígena é numerosa são o México, cerca de 10%, o Peru e a Bolívia, cerca de 50% em cada um. No Brasil, os indígenas são cerca de 350.000 e ocupam 12% do território nacional.

⁴ Como explicar as grandes diferenças existentes entre a Nova Espanha e o Vice-reinado do Peru, regiões que supostamente sofreram um mesmo processo de colonização e levado a cabo pelo mesmo agente histórico, isto é, a Coroa de Castela? Ou as grandes distinções entre o mundo colonial no Altiplano Central Mexicano e na área maia? Como explicar que o Altiplano Central não teve praticamente nenhuma rebelião em todo o período colonial e que isso tenha sido uma constante na região maia desde o início da colonização? Tais processos não podem ser adequadamente entendidos sem a compreensão, por exemplo, das concepções históricas que os povos indígenas dessas regiões possuíam e os modos como entenderam e encaixaram os estrangeiros e as conquistas em

suas visões de mundo, as quais contribuiram centralmente na construção de diferentes tipos de contatos, alianças e resistências, moldando diferentes formas de interação e atitudes com o mundo ocidental.

⁵ A escassez documental é real para muitos casos e regiões, mas não explica ou justifica a ausência total de história indígena em nossos cursos de graduação, seja em cursos voltados exclusivamente para esse tema ou em cursos de História da América e do Brasil. Pude me certificar ainda mais disso no último congresso da ANPUH, no qual participei do simpósio *Guerras e alianças na história dos índios: perspectivas interdisciplinares*, coordenado pela Prof^a. Maria Regina Celestino de Almeida e pelo Prof. John Manuel Monteiro. Assim como no caso da Mesoamérica e dos Andes, mais uma vez, tive uma grande e grata surpresa ao tomar conhecimento de cerca de quarenta trabalhos – entre pesquisas em andamento, dissertações e teses – que abordavam temas relacionados à história dos povos indígenas na América Portuguesa e no Brasil Independente. Todos esses trabalhos mostram que, apesar da escassez documental, a questão central para se estudar a história desses povos é considerá-los como agentes históricos e propor às fontes questões que carreguem essa consideração.

⁶ Até onde sei, a situação não é muito diferente na grande maioria dos departamentos de História das universidades públicas brasileiras.

⁷ O que sequer é verdade em alguns casos, pois existiram sistemas de escrita nos tempos pré-hispânicos entre os povos mesoamericanos e diversos registros – entre códices, pinturas murais, cerâmicas e outros – chegaram até nós. Ademais, o alfabeto latino foi incorporado por alguns grupos indígenas nos períodos Colonial e Independente, que passaram a produzir escritos alfabéticos.

⁸ Ademais, são majoritariamente os egressos dos cursos de História que lecionam no ensino fundamental e médio e não os arqueólogos e antropólogos. Sendo assim, como apontarei mais abaixo, é fundamental que tais cursos capacitem os professores de História a tratar dos povos indígenas, para que não reproduzam a seus alunos uma série de estereótipos, ultrapassados academicamente mas com muita força nos meios de comunicação em massa.

⁹ Diretamente, porque uma grande quantidade dos egressos de seus cursos de História vai lecionar nos tais níveis fundamental e médio. Indiretamente, porque concentram a maior parte dos cursos de pós-graduação que irão formar os mestres e doutores em História, os quais, por sua vez, irão lecionar nos cursos de licenciatura em História das universidades privadas, que são responsáveis por formar a grande maioria dos professores de ensino médio e fundamental. ¹⁰ A ausência de cursos e especialistas em história indígena nos departamentos de História das universidades públicas reflete-se também nas publicações da área de História de suas editoras, que possuem pouquíssimos títulos em seus catálogos relacionados a tal tema. Um bom exemplo dessa ausência de títulos é a recente tradução ao português e publicação de apenas parte da coleção *The Cambridge History*. A Editora da Universidade de São Paulo (Edusp) traduziu e publicou os volumes dedicados à América Colonial e Independente sob o título *História da América Latina*. Até onde sei, não há planos de traduzir e publicar os três volumes dedicados aos povos indígenas, organizados por Bruce G. Trigger e Wilcomb E. Washburn e que na coleção original recebem o título *The Cambridge History of the native peoples of the Americas*.